



**CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE
MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO DE ESPAÇOS VERDES NA ÁREA DO
MUNICÍPIO DE SANTARÉM**

PROGRAMA DO CONCURSO PÚBLICO

- Processo n.º 069-CM-P/2022 CPF -



ÍNDICE

1.	IDENTIFICAÇÃO DO CONCURSO	3
2.	A ENTIDADE ADJUDICANTE	3
3.	ORGÃO QUE TOMOU A DECISÃO DE CONTRATAR	3
4.	CONSULTA E FORNECIMENTO DAS PEÇAS DO CONCURSO	3
5.	ÓRGÃO COMPETENTE PARA PRESTAR OS ESCLARECIMENTOS	4
6.	PROPOSTAS	5
7.	AGRUPAMENTOS	7
8.	PROPOSTAS VARIANTES	8
9.	PRAZO DA OBRIGAÇÃO DE MANUTENÇÃO DAS PROPOSTAS	8
10.	CRITÉRIO DE ADJUDICAÇÃO	8
11.	NOTIFICAÇÃO DA DECISÃO DE ADJUDICAÇÃO	8
12.	DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO	9
13.	CAUÇÃO	11
14.	POSSIBILIDADE DE ADOÇÃO DE UM AJUSTE DIRETO	12
15.	ACEITAÇÃO DA MINUTA DO CONTRATO	13
16.	OUTORGA DO CONTRATO	13
17.	PREVALÊNCIA	13
18.	LEGISLAÇÃO APLICÁVEL	14
19.	DISPOSIÇÕES FINAIS	14
	ANEXO I - MODELO DE DECLARAÇÃO	15
	ANEXO II - MODELO DE GUIA DE DEPÓSITO	16
	ANEXO III - MODELO DE GARANTIA BANCÁRIA	17
	ANEXO IV - MODELO DE SEGURO-CAUÇÃO À PRIMEIRA SOLICITAÇÃO	18



Município de Santarém

CÂMARA MUNICIPAL

1. IDENTIFICAÇÃO DO CONCURSO

Concurso para contratação de serviços de “**Manutenção e conservação de espaços verdes na área do Município de Santarém**”.

2. A ENTIDADE ADJUDICANTE

A entidade adjudicante é o Município de Santarém – Câmara Municipal de Santarém, sita na Praça do Município, 2005-245 Santarém, Portugal, telefone 243304200 e de fax 243304299, com o endereço www.cm-santarem.pt e e-mail: geral@cm-santarem.pt.

3. ORGÃO QUE TOMOU A DECISÃO DE CONTRATAR

A decisão de contratar e de autorização da despesa foi tomada por despacho de 27 de maio de 2022 do Sr. Presidente da Câmara Municipal, Ricardo Gonçalves, nos termos do n.º 3 do artigo 35.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, **a ser ratificada pelo Executivo Municipal**, considerando a competência prevista na alínea f) do n.º 1 do art.º 33.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro e alínea b) do n.º 1 do art.º 18.º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 08 de junho, ambos na sua atual redação.

4. CONSULTA E FORNECIMENTO DAS PEÇAS DO CONCURSO

- 4.1. Encontra-se patente na Divisão Jurídica da Câmara Municipal de Santarém, sita na Praça da Município, n.º 21 – 1.º Dto.º, 2005-245 Santarém (Telefones: 243 304 238/ 243 304 266; Fax: 243 304 299), onde pode ser examinado (por marcação prévia, através dos telefones: 243 304 238/ 243 304 266), durante as horas de expediente, das 09.00 horas às 12.30 horas e das 14.00 horas às 16.00 horas, desde o dia da publicação do anúncio no Diário da República (DR) até ao termo do prazo fixado para a apresentação das propostas.
- 4.2. As peças do concurso encontram-se também patentes na plataforma eletrónica utilizada pelo Município de Santarém, sita em <https://www.acingov.pt>.
- 4.3. O acesso às peças do concurso, através da plataforma referida no ponto anterior, implica a prévia adesão do interessado à mesma, que deverá ser realizada através do Centro de Apoio Técnico da empresa ACINGOV, através do telefone 707 451 451,

entidade que gere o site www.acingov.pt e que é totalmente responsável pela disponibilização dos elementos necessários e auxílio na credenciação dos interessados.

- 4.4. No caso de o interessado já se encontrar registado na plataforma eletrónica, não se aplica o ponto anterior.
- 4.5. Todas as comunicações e notificações entre a entidade adjudicante ou o júri do procedimento e os interessados, os concorrentes ou o adjudicatário relativas à fase de formação do contrato, devem ser efetuadas através da plataforma eletrónica anteriormente mencionada, nos termos do disposto nos art.^{os} 467.º a 469.º do CCP.

5. ÓRGÃO COMPETENTE PARA PRESTAR OS ESCLARECIMENTOS

- 5.1. No primeiro terço do prazo fixado para a apresentação das propostas, os interessados podem solicitar, na plataforma eletrónica de contratação pública utilizada pelo Município de Santarém, os esclarecimentos necessários à boa compreensão e interpretação das peças do procedimento e, no mesmo prazo, devem apresentar uma lista na qual identifiquem, expressa e inequivocamente, os erros e as omissões das peças do procedimento (refletidos nos n.ºs 2 e 3 do artigo 50.º do Código dos Contratos Públicos (doravante designado por CCP), por si detetados.
- 5.2. Até ao termo do segundo terço do prazo fixado para a apresentação das propostas, o júri do procedimento, deve prestar os esclarecimentos solicitados.
Sobre os erros e as omissões identificados pelos interessados, deverá ser órgão competente para a decisão de contratar a pronunciar-se, considerando-se rejeitados todos os que, até ao final daquele prazo, não sejam por ele expressamente aceites. O órgão competente para a decisão de contratar deve identificar os termos do suprimento de cada um dos erros ou das omissões aceites, nos termos dispostos anteriormente.
- 5.3. Independentemente do disposto nos números anteriores, o órgão competente para a decisão de contratar pode oficiosamente, proceder à retificação de erros ou omissões das peças do procedimento, bem como prestar esclarecimentos, no prazo referido no ponto 5.2., ou até ao final do prazo de entrega de propostas, nos termos do disposto no artigo 64.º do CCP.



- 5.4. Os esclarecimentos, as retificações e as listas com a identificação dos erros e omissões detetados pelos interessados devem ser disponibilizados na plataforma eletrónica utilizada pelo município de Santarém e juntos às peças do procedimento que se encontrem patentes para consulta, devendo todos os interessados que as tenham obtido ser imediatamente notificados desse facto.
- 5.5. Os esclarecimentos e as retificações fazem parte integrante das peças do procedimento a que dizem respeito e prevalecem sobre estas, em caso de divergência.

6. PROPOSTAS

6.1. Prazo para apresentação da proposta

As propostas serão entregues até às 23:59 horas do 30.º dia a contar da data do envio do anúncio para o JOUE, pelos concorrentes ou seus representantes na Plataforma utilizada pelo Município de Santarém a que poderão aceder através do endereço eletrónico www.acingov.pt.

6.2. Modo de apresentação de proposta

- 6.2.1. Os documentos que constituem as propostas são apresentados diretamente na plataforma utilizada pelo Município de Santarém (www.acingov.pt).
- 6.2.2. Todos os documentos carregados na plataforma deverão ser assinados eletronicamente mediante a utilização de certificados de assinatura eletrónica qualificada, sob pena de exclusão da proposta.
- 6.2.3. Quando, pela sua natureza, qualquer documento dos que constituem a proposta não possa ser apresentado nos termos do disposto no n.º 6.2.1., este deve ser encerrado em invólucro opaco e fechado, no rosto do qual deve indicar a designação e referência do procedimento e a designação da entidade adjudicante e enviado por correio registado ou entregue diretamente na Secção de Expediente e Arquivo do Departamento de Administração e Finanças, da Câmara Municipal de Santarém – Praça do Município, 2005-245 Santarém, devendo, em qualquer caso a respetiva receção ocorrer dentro do prazo fixado para a apresentação das propostas e cuja receção deve ser registada por referência à respetiva data e hora.



6.3. Documentos da proposta

- 6.3.1.** Documento Europeu Único de Contratação Pública conforme ficheiro disponibilizado na plataforma ACINGOV junto às peças do procedimento (este ficheiro deve ser descarregado para o PC do concorrente e de seguida aceder ao endereço <http://www.base.gov.pt/deucp/> e selecionar as opções "sou um operador económico", "importar um DEUCP" e "escolher ficheiro", selecionando o ficheiro anteriormente guardado no PC).

Refira-se que o concorrente na parte IV – Critérios de seleção do DEUCP, pode limitar-se a preencher a secção α: Indicação global para todos os critérios de seleção, não sendo necessário preencher qualquer outra secção da parte IV.

Esta declaração deve ser assinada pelo concorrente ou por representante que tenha poderes para o obrigar. Quando a proposta seja apresentada por um agrupamento concorrente, a declaração deve ser assinada pelo representante comum dos membros que o integram, caso em que devem ser juntos à declaração os instrumentos de mandato emitidos por cada um dos seus membros ou, não existindo representante comum, deve ser assinada por todos os seus membros ou respetivos representantes.

- 6.3.2.** Documento oficial indicando o poder de representação e assinatura do assinante (aplicável apenas nos casos em que o certificado digital não relacione diretamente o assinante com a sua função e poder de assinatura), para os efeitos do disposto no n.º 7 do art.º 54.º da Lei n.º 96/2015, de 17 de agosto.

- 6.3.3.** Preenchimento da "Lista de artigos", disponibilizada na plataforma eletrónica acinGov;

Os preços unitários e o preço total da proposta devem ser inseridos na plataforma, com arredondamento às duas casas decimais e não devem incluir o IVA;

- 6.3.4.** Documento denominado "Proposta" que contenha os atributos da proposta, de acordo com os quais o concorrente se dispõe a contratar, incluindo obrigatoriamente os seguintes elementos:

- i) Preço total da proposta (não incluindo o IVA), com o máximo de duas casas decimais e
- ii) Lista de preços unitários (não incluindo o IVA), com o máximo de duas casas decimais.



- iii) Nota Justificativa dos Preços apresentados;
- iv) Memória justificativa e descritiva do modo de execução do objeto do contrato;
- v) Cronograma com a descrição geral dos serviços a executar.

- 6.3.5.** Outros aspetos que os concorrentes considerem relevantes para a apreciação da proposta ou outros documentos que os concorrentes apresentem por os considerar com interesse para o presente concurso e que não estejam em contradição com o presente procedimento.
- 6.3.6.** Os documentos referidos nos pontos anteriores, devem ser assinados pelo concorrente ou por representante que tenha poderes para o obrigar.
- 6.3.7.** Quando a proposta seja apresentada por um agrupamento concorrente, os documentos referidos nos pontos anteriores, devem ser assinados pelo representante comum dos membros que o integram, caso em que devem ser juntos à proposta os instrumentos de mandato emitidos por cada um dos seus membros ou, não existindo representante comum, devem ser assinados por todos os seus membros ou respetivos representantes.

7. AGRUPAMENTOS

- 7.1.** Podem ser concorrentes agrupamentos de pessoas singulares ou colectivas, qualquer que seja a actividade por elas exercida, sem que entre as mesmas exista qualquer modalidade jurídica de associação.
- 7.2.** Os membros de um agrupamento concorrente não podem ser concorrentes no mesmo procedimento, nos termos do disposto no artigo 54.º do Código dos Contratos Públicos, nem integrar outro agrupamento concorrente.
- 7.3.** Todos os membros de um agrupamento concorrente são solidariamente responsáveis, perante o Município de Santarém, pela manutenção da proposta.
- 7.4.** Em caso de adjudicação, todos os membros do agrupamento concorrente, e apenas estes, devem associar-se, antes da celebração do contrato, na modalidade jurídica de consórcio externo, conforme previsto no D.L. nº 231/81, de 28 de julho.



8. PROPOSTAS VARIANTES

Não é admitida a apresentação pelos concorrentes, de propostas variantes.

9. PRAZO DA OBRIGAÇÃO DE MANUTENÇÃO DAS PROPOSTAS

Os concorrentes são obrigados a manter as respectivas propostas pelo prazo de 100 dias, contados da data do termo do prazo fixado para a apresentação das propostas.

10. CRITÉRIO DE ADJUDICAÇÃO

10.1. A adjudicação será efetuada de acordo com o critério da proposta economicamente mais vantajosa para o Município de Santarém, determinada pela seguinte modalidade:

Monofator – fator Preço, enquanto único aspeto da execução do contrato a celebrar.

10.2. Verificando-se um empate na classificação das propostas, o desempate será concretizado através da realização de um sorteio, a realizar nos seguintes termos:

- i. O Júri notifica, com o Relatório Final, os concorrentes em situação de empate, assim como os restantes interessados, caso existam, com uma antecedência mínima de 3 (três) dias, da data, hora e local da realização do sorteio.
- ii. A cada concorrente em situação de empate, é atribuído o número correspondente à ordem de entrada da sua proposta e que serviu de base à elaboração da lista dos concorrentes,
- iii. Numa tombola, são introduzidas as bolas com os números respetivos, procedendo-se seguidamente à sua extração,
- iv. Do sorteio realizado será lavrada uma ata, que será assinada pelos elementos do júri presentes e pelos concorrentes, ou seus representantes legais.
- v. Será elaborado novo Relatório Final com a ordenação final das propostas e a respetiva proposta de adjudicação, anexando-se ainda a ata do sorteio.

11. NOTIFICAÇÃO DA DECISÃO DE ADJUDICAÇÃO

11.1. A decisão de adjudicação é notificada em simultâneo a todos os concorrentes.

11.2. Juntamente com a notificação da decisão de adjudicação, o órgão competente para a decisão de contratar deve notificar o adjudicatário para:

- 11.2.1. Apresentar os documentos de habilitação exigidos nos termos do disposto no artigo 81.º;

- 11.2.2. Prestar caução, indicando expressamente o seu valor;
- 11.2.3. Confirmar no prazo para o efeito fixado, se for o caso, os compromissos assumidos por terceiras entidades relativos a atributos ou a termos ou condições da proposta adjudicada;
- 11.2.4. Se pronunciar sobre a minuta do contrato, quando este for reduzido a escrito;
- 11.2.5. Confirmar no prazo para o efeito fixado, se for o caso, a constituição da sociedade comercial, de acordo com os requisitos fixados nas peças do procedimento e os termos da proposta adjudicada;
- 11.2.6. As notificações referidas nos números anteriores devem ser acompanhadas do relatório final de análise das propostas.

12. DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

12.1. O adjudicatário deve apresentar os seguintes documentos de habilitação:

- 12.1.1. Declaração a que se refere a alínea a) do n.º 1 do artigo 81.º do CCP, elaborada em conformidade com o modelo constante do Anexo I ao presente programa.
- 12.1.2. Documentos comprovativos de que não se encontra nas situações previstas nas alíneas b), d), e) e h) do n.º 1 do art.º 55º do CCP.
A apresentação destes documentos não é necessária, caso o adjudicatário esteja registado no Portal Nacional de Fornecedores do Estado.
- 12.1.3. Certidão permanente de inscrição no registo comercial, ou declaração de identificação do concorrente com indicação da autorização para a sua verificação através dos meios electrónicos, emitida pelos serviços das entidades competentes.
- 12.1.4. Documento comprovativo de Registo Central de Beneficiário Efetivo (RCBE) - Lei n.º 89/2017, de 21 de agosto - ou o respetivo código de acesso (O preenchimento da declaração do RCBE é feito através do site <http://justica.gov.pt/servicos/Registo-de-Beneficiario-Efetivo>).
- 12.1.5. Curriculum do Técnico e do Encarregado afetos à direção e organização dos trabalhos.
- 12.1.6. Tratando-se de empresas sem sede e direção efetiva em Portugal, o adjudicatário, para além dos documentos referidos no ponto anterior, deve também apresentar o respetivo comprovativo de inscrição em lista oficial de



fornecedores de bens móveis ou de prestadores de serviços de qualquer Estado signatário do Acordo sobre o Espaço Económico Europeu que revele a titularidade das habilitações adequadas e necessárias à execução das prestações objeto do contrato a celebrar.

12.1.7. O adjudicatário, ou um subcontratado, nacional de Estado signatário do Acordo sobre o Espaço Económico Europeu ou do Acordo sobre Contratos Públicos da Organização Mundial de Comércio pode ainda apresentar, em substituição dos documentos de habilitação, uma declaração sob compromisso de honra, prestada perante notário, autoridade judiciária ou administrativa ou qualquer outra competente, de que pode executar a prestação objeto do contrato a celebrar no Estado de que é nacional de acordo com as regras nele aplicáveis.

12.1.8. Identificação completa (B.I.) ou (C.C.) de quem representa a sociedade na assinatura do contrato.

12.2. Idioma dos documentos de habilitação:

12.2.1. Todos os documentos de habilitação do adjudicatário devem ser redigidos em língua portuguesa.

12.2.2. Quando, pela sua própria natureza ou origem, os documentos de habilitação estiverem redigidos em língua estrangeira, deve o adjudicatário fazê-los acompanhar de tradução devidamente legalizada.

12.3. Modo de apresentação dos documentos de habilitação:

12.3.1. O adjudicatário deve apresentar reprodução dos documentos de habilitação referidos no ponto 12.1., através da plataforma eletrónica utilizada pelo Município de Santarém, www.acingov.pt.

12.3.2. Quando os documentos de habilitação exigidos se encontrem disponíveis na Internet, o adjudicatário pode, em substituição da apresentação da sua reprodução, indicar ao Município de Santarém o endereço do(s) sítio(s) onde aqueles documentos podem ser consultados, bem como a informação necessária a essa consulta, desde que o(s) referido(s) sítio(s) e documentos dele(s) constantes, estejam redigidos em língua portuguesa.

12.3.3. Deve ser dado consentimento do adjudicatário, nos termos da lei, para que o Município de Santarém possa consultar a informação relativa a qualquer dos



documentos referidos no ponto anterior, estando dispensada a sua apresentação nos termos do ponto 12.3.1.

12.4. Apresentação dos documentos de habilitação por agrupamentos:

- 12.4.1. Quando o adjudicatário for um agrupamento de pessoas singulares ou coletivas, os documentos previstos no ponto 12.1. devem ser apresentados por todos os seus membros.
- 12.4.2. É aplicável aos membros dos agrupamentos concorrentes o disposto no ponto 12.1.7.

12.5. Prazo para apresentação dos documentos de habilitação:

- 12.5.1. Será de **5 dias úteis** a contar da data da receção da notificação do adjudicatário.
- 12.5.2. Sempre que se verifique um facto que determine a caducidade da adjudicação nos termos do n.º 1 do art.º 86 do CCP, o órgão competente para a decisão de contratar notificará o adjudicatário, relativamente ao qual o facto ocorreu, para que se pronuncie, por escrito ao abrigo do direito de audiência prévia, num prazo de 05 (cinco) dias úteis.
- 12.5.3. Mais se informa que, nos termos da alínea g) do n.º 1 do artigo 132.º do CCP, é concedido ao adjudicatário um prazo de 03 (três) dias úteis para a supressão de irregularidades detetadas nos documentos apresentados que possam levar à caducidade da adjudicação.

13. CAUÇÃO

13.1. Valor da Caução

- 13.1.1. O adjudicatário deve prestar caução de 5% do preço contratual.
- 13.1.2. Sem prejuízo do disposto no n.º 5 do art.º 89.º do CCP, quando o preço total resultante da proposta adjudicada seja considerado anormalmente baixo por aplicação do disposto no n.º 1 do art.º 71.º do CCP, o valor da caução a prestar pelo adjudicatário é de 10% do preço contratual.

13.2. Modo de Prestação da Caução

- 13.2.1. O adjudicatário deve prestar a caução no prazo de 10 dias a contar da notificação prevista no n.º 2 do artigo 77.º, devendo comprovar essa prestação junto do Município de Santarém no dia imediatamente subsequente.



- 13.2.2. A caução é prestada por depósito em dinheiro ou em títulos emitidos ou garantidos pelo Estado, ou mediante garantia bancária ou seguro-caução, de acordo com os modelos em anexo.
- 13.2.3. O depósito em dinheiro ou títulos é efetuado em Portugal, em qualquer instituição de crédito, à ordem de Município de Santarém, devendo ser especificado o fim a que se destina.
- 13.2.4. Quando o depósito for efetuado em títulos, estes são avaliados pelo respectivo valor nominal, salvo se, nos últimos três meses, a média da cotação na bolsa de valores ficar abaixo do par, caso em que a avaliação é feita em 90 % dessa média.
- 13.2.5. Se o adjudicatário prestar a caução mediante garantia bancária, deve apresentar um documento pelo qual um estabelecimento bancário legalmente autorizado assegure, até ao limite do valor da caução, o imediato pagamento de quaisquer importâncias exigidas pelo Município de Santarém em virtude do incumprimento de quaisquer obrigações a que a garantia respeita.
- 13.2.6. Tratando-se de seguro-caução, deve ser apresentada a apólice pela qual uma entidade legalmente autorizada a realizar este seguro assuma, até ao limite do valor da caução, o encargo de satisfazer de imediato quaisquer importâncias exigidas pelo Município de Santarém em virtude do incumprimento de quaisquer obrigações a que o seguro respeita.
- 13.2.7. Das condições da garantia bancária ou da apólice de seguro-caução não pode, em caso algum, resultar uma diminuição das garantias do Município de Santarém, nos moldes em que são asseguradas pelas outras formas admitidas de prestação da caução.
- 13.2.8. Todas as despesas relativas à prestação da caução são da responsabilidade do adjudicatário.

14. POSSIBILIDADE DE ADOPÇÃO DE UM AJUSTE DIRETO

Pode adotar-se o ajuste direto nos termos do disposto da alínea a) do n.º 1 do art.º 27º do Código dos Contratos Públicos.

15. ACEITAÇÃO DA MINUTA DO CONTRATO

A minuta do contrato a celebrar e os ajustamentos propostos consideram-se aceites pelo adjudicatário quando haja aceitação expressa ou quando não haja reclamação nos cinco dias subseqüentes à respetiva notificação.

16. OUTORGA DO CONTRATO

16.1. A outorga do contrato deve ter lugar no prazo de 30 dias contados da data da aceitação da minuta ou da decisão sobre a reclamação, mas nunca antes de:

- 16.1.1.** Decorridos 10 dias contados da data da notificação da decisão de adjudicação a todos os concorrentes;
- 16.1.2.** Apresentados todos os documentos de habilitação exigidos;
- 16.1.3.** Comprovada a prestação de caução, quando esta for devida, nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 90.º do CCP;
- 16.1.4.** Confirmados os compromissos referidos na alínea c) do n.º 2 do artigo 77.º do CCP.

16.2. O prazo de 10 dias previsto no ponto 16.1.1. não é aplicável quando:

- 16.2.1.** Não tenha sido publicado anúncio do procedimento no Jornal Oficial da União Europeia;
- 16.2.2.** Só tenha sido apresentada uma proposta.

16.3. Sem prejuízo do disposto nos números anteriores, o órgão competente para a decisão de contratar comunica ao adjudicatário o seguinte:

- 16.3.1.** No caso de assinatura por meios eletrónicos, o prazo para a outorga e remessa do contrato, não podendo em caso algum esse prazo ser inferior a três dias.

17. PREVALÊNCIA

As normas do programa de concurso prevalecem sobre quaisquer indicações constantes do anúncio com elas desconformes.



18. LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

Em tudo o omissa no presente Programa de Concurso observar-se-á o disposto no CCP e restante legislação aplicável.

19. DISPOSIÇÕES FINAIS

19.1. O presente procedimento foi objeto, em 15 de fevereiro de 2022, de prévia cabimentação no orçamento do Município de Santarém na rubrica económica 020203 (conservação de bens) afeta à unidade orgânica 0102 (Câmara Municipal) e está prevista no ponto 2.46.2011/5001 das Grandes Opções do Plano, com o seguinte número sequencial de cabimento 23818.

19.2. O Município de Santarém reserva-se o direito de não adjudicar, anular a adjudicação, ou de anular o procedimento, nos termos previstos no CCP.



Município de Santarém

CÂMARA MUNICIPAL

ANEXO I – Modelo de declaração

[a que se refere a alínea a) do n.º 1 do artigo 81.º do CCP]

1 - (nome, número de documento de identificação e morada), na qualidade de representante legal de [1] (firma, número de identificação fiscal e sede ou, no caso de agrupamento concorrente, firmas, números de identificação fiscal e sedes), adjudicatário(a) no procedimento de..... (designação ou referência ao procedimento em causa), declara, sob compromisso de honra, que a sua representada [2] não se encontra em nenhuma das situações previstas no n.º 1 do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos:

2 - O declarante junta em anexo [ou indica ... como endereço do sítio da Internet onde podem ser consultados [3]] os documentos comprovativos de que a sua representada [4] não se encontra nas situações previstas nas alíneas b), d), e) e h) do n.º 1 do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos.

3 - O declarante tem pleno conhecimento de que a prestação de falsas declarações implica a caducidade da adjudicação e constitui contraordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

..... (local), (data), [assinatura (5)].

[1] Aplicável apenas a concorrentes que sejam pessoas coletivas.

[2] No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão «a sua representada».

[3] Acrescentar as informações necessárias à consulta, se for o caso.

[4] No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão «a sua representada».

[5] Nos termos do disposto nos n.ºs 4 e 5 do artigo 57.º do CCP.



Município de Santarém

CÂMARA MUNICIPAL

ANEXO II – Modelo de Guia de Depósito

Euros: €

Vai....., residente *(ou com sede)* em.....,
na....., depositar na *(sede, filial, agência ou delegação)* de.....
(nome da instituição) a quantia de *(por extenso)*..... *(em dinheiro ou representada por)*....., como caução exigida para contratação de serviços de.....,
para os efeitos dos artigos n.ºs 89.º e 90.º do Código dos Contratos Públicos.
Este depósito fica à ordem de..... *(entidade)*, a quem deve ser remetido o respetivo conhecimento.

Data.....

Assinatura.....



Município de Santarém

CÂMARA MUNICIPAL

ANEXO III – Modelo de Garantia Bancária

O Banco, com sede em, matriculado na Conservatória do Registo Comercial de, com capital social de, presta a favor de, garantia autónoma, à primeira solicitação, no valor de, correspondente a (*percentagem*), destinado a garantir o bom e integral cumprimento das obrigações que (*empresa adjudicatária*) assumirá no contrato que com ela a (*entidade adjudicante*) vai outorgar e que tem por objeto (*designação do procedimento*), regulado nos termos da legislação aplicável (*Código dos Contratos Públicos*).

O Banco obriga-se a pagar aquela quantia à primeira solicitação da (*entidade adjudicante*) sem que esta tenha de justificar o pedido e sem que o primeiro possa invocar em seu benefício quaisquer meios de defesa relacionados com o contrato atrás identificado ou com o cumprimento das obrigações que (*entidade adjudicatária*) assume com a celebração do respectivo contrato.

O Banco deve pagar aquela quantia no dia seguinte ao do pedido, findo o qual, sem que o pagamento seja realizado, contar-se-ão juros moratórios à taxa mais elevada praticada pelo Banco para as operações activas, sem prejuízo de execução imediata da dívida assumida por este.

A presente garantia bancária autónoma não pode em qualquer circunstância ser denunciada, mantendo-se em vigor até à sua extinção, nos termos previstos na legislação aplicável (*Código dos Contratos Públicos*).

Data.

Assinaturas.



Município de Santarém

CÂMARA MUNICIPAL

ANEXO IV – Modelo de Seguro-Caução à Primeira Solicitação

A companhia de seguros, com sede em....., matriculada na Conservatória do Registo Comercial de, com capital social de, presta a favor de (*entidade adjudicante*) e ao abrigo de contrato de seguro-caução celebrado com(*tomador do seguro*), garantia à primeira solicitação, no valor de, correspondente a(*percentagem*), destinado a garantir o bom e integral cumprimento das obrigações que(*entidade adjudicatária*) assumirá no contrato que com ela a (*entidade adjudicante*) vai outorgar e que tem por objeto..... (*designação do procedimento*), regulado nos termos da legislação aplicável (*Código dos Contratos Públicos*).

A companhia de seguros obriga-se a pagar aquela quantia nos cinco dias úteis seguintes à primeira solicitação da(*entidade adjudicante*) sem que esta tenha de justificar o pedido e sem que o primeiro possa invocar em seu benefício quaisquer meios de defesa relacionados com o contrato atrás identificado ou com o cumprimento das obrigações que (*entidade adjudicatária*) assume com a celebração do respectivo contrato.

A companhia de seguros não pode opor à (*entidade adjudicante*) quaisquer exceções relativas ao contrato de seguro-caução celebrado entre esta e o tomador do seguro.

A presente garantia, à primeira solicitação, não pode em qualquer circunstância ser revogada ou denunciada, mantendo-se em vigor até à sua extinção ou cancelamento, nos termos previstos na legislação aplicável (*Código dos Contratos Públicos*).

Data.

Assinaturas.